

Lei

LEI COMPLEMENTAR. 188, DE 24 DE JUNHO DE 2019.

"Institui Programa de Recuperação Fiscal - REFIC do Município de Ponta Porã/MS, e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Helio Peluffo Filho, Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Fica instituído, no Município de Ponta Porã-MS o **Programa de Recuperação Fiscal - REFIC**, destinado a promover o acerto entre o Município e os contribuintes.

Art.2º. O programa consiste em oferecer aos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, a oportunidade de quitar seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2018, provenientes de impostos, taxas e contribuição de melhorias, ajuizados ou não, inscritos ou não na dívida ativa do cadastro fiscal do município.

Art.3º. Para os débitos que se encontram inscritos em **dívida ativa administrativo** ou **ajuizados – execução judicial**, até 31 de dezembro de 2018, podem ser quitados nas seguintes condições:

I – Pagamento à vista - exclusão de 100% (cem por cento), da multa de infração do ISSQN, multas de mora, juros e penalidades, incidentes até a data de opção;

II – Pagamento a prazo - exclusão de 80% (oitenta por cento), da multa de infração do ISSQN, multas de mora, juros e penalidades, nas seguintes condições:

a) Em até 24 (vinte e quatro) parcelas, para os contribuintes que aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal, até o dia **30 de agosto de 2019**;

b) Em até 16 (dezesseis) parcelas, para os contribuintes que aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal, no período de **02 de setembro à 31 de outubro de 2019**, e;

c) Em até 10 (dez) parcelas, para os contribuintes que aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal, a partir de **01 de novembro de 2019**.

Parágrafo único: O pagamento da 1ª parcela que se refere o caput deste artigo será exigido na data da efetivação do Termo de Parcelamento.

Art.4º. Os parcelamentos já existentes poderão ser reparcelsados com a adesão e benefícios desta lei, não concedendo aos contribuintes o direito de restituição dos valores de eventuais débitos ou parcelamentos já pagos em acordos judiciais ou administrativos, mesmo já realizados ou ainda em andamento, seja na esfera judicial ou administrativa.

Art.5º.Os honorários advocatícios provenientes dos créditos tributários em execução judicial, previstos no art. 3º desta lei, terão 50% (cinquenta por cento) de desconto, aos contribuintes que aderirem ao programa.

Art.6º.A inadimplência por 03 (três) meses consecutivos das modalidades de parcelamentos mencionado no artigo 3º desta Lei ensejará o cancelamento automático do Termo de Parcelamento e a retomada da execução fiscal nos termos anteriores à adesão deste programa, ou seja, com a perda de todos os benefícios dispostos nesta Lei Complementar.

Art.7º. Para as condições de pagamento constantes do artigo 3º desta lei, os valores das parcelas não poderão ser inferiores a 03 (três) UFPP (Unidade Fiscal do Município de Ponta Porã), para pessoas físicas e jurídicas, conforme a eventual atualização da Unidade Fiscal à época da adesão deste programa.

Art.8º. No caso de pagamento após o vencimento da data fixada no parcelamento, incidirá o acréscimo de juros de 1% ao mês e multa de 2%.

Art.9º. A adesão ao programa, referentes aos débitos inscritos em dívida ativa ou ajuizados, poderão ser feita até **01 de dezembro de 2019**.

Art.10. O poder Executivo poderá prorrogar por Decreto, em até 30 (trinta) dias, o prazo fixado no artigo 9º desta Lei, justificada a oportunidade e a conveniência do ato.

Art.11.Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã/MS, 24 de junho de 2019.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal